

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 764, DE 2019

Altera o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que “institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências”.

Autor: SENADO FEDERAL - CHICO RODRIGUES

Relator: Deputado BOSCO COSTA

I - RELATÓRIO

A proposição em análise, de autoria do Senador Chico Rodrigues, altera o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que “institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências”. O objetivo, segundo o autor, é estender a aplicação da política de preços mínimos aos produtos derivados de matérias-primas perecíveis, bem como às agroindústrias e às indústrias que adquirirem produtos perecíveis dos agricultores familiares ou de pequenos e médios produtores rurais e promoverem o seu processamento.

De acordo com a Justificação, a proposta fundamenta-se no art. 1º do Decreto-Lei nº 79, de 1966, que assegura o compromisso de a União garantir os preços dos produtos das atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas, que forem fixados de acordo com a Lei. Destaca-se, contudo, que algumas particularidades no processamento de produtos perecíveis criam dificuldades para que esses produtos sejam compatíveis com as regras



vigentes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), especialmente com as regras de armazenamento.

O Projeto de Lei tramitou pelo Senado Federal e foi aprovado em caráter conclusivo pelas Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Assuntos Econômicos. Não houve recurso para apreciação pelo Plenário.

Nesta Casa legislativa a proposição tem tramitação em regime de prioridade e foi distribuída para manifestação em caráter conclusivo das Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;; e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD).

Nesta Comissão, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 764, de 2019, ora submetido à apreciação, quanto ao mérito, desta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, altera o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que “institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências”. As alterações propostas têm por objetivo estender a aplicação da política de preços mínimos aos produtos derivados de matérias-primas perecíveis, bem como às agroindústrias e às indústrias que adquirirem produtos perecíveis dos agricultores familiares ou de pequenos e médios produtores rurais e promoverem o seu processamento.

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) foi instituída no País ainda na década de 1950 e seu aperfeiçoamento se deu com a publicação do Decreto-Lei nº 79, de 1966, recepcionado pela Constituição Federal de 1988 com *status* de lei ordinária. O objetivo dessa política é assegurar aos produtores rurais o recebimento de valor mínimo para mitigar



prejuízos decorrentes de quedas incomuns dos preços, reduzindo, assim, a volatilidade da renda e fortalecendo os mecanismos de abastecimento interno de alimentos, permitindo ainda aos produtores uma âncora para a tomada da decisão de plantio para as futuras safras.

Em que pese sua importância para a agricultura nacional, é possível observar que a PGPM avança lentamente na expansão de suas garantias em direção a produtos perecíveis, que por sua natureza exibem maior grau de dificuldade na operacionalização do armazenamento *in natura* pelo produtor, como é o caso das frutas, que rapidamente precisam ser encaminhadas à agroindústria para processamento mínimo e posterior acondicionamento. Essa dificuldade operacional faz com que esse tipo de produto fique de fora da PGPM.

É justamente esse o problema que a proposição em análise busca solucionar. A proposta deixa expressa na legislação ordinária a obrigatoriedade de se estabelecer garantias de preços mínimos também aos produtos agrícolas perecíveis e aos produtos derivados de seu processamento, como também às agroindústrias e indústrias que adquirirem ou processarem os produtos perecíveis dos agricultores familiares ou de pequenos e médios produtores rurais.

Dessa forma, entendo meritória a proposta e conclamo meus Pares a acompanharem meu voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 764, de 2019.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado BOSCO COSTA
Relator

